

## O BLOCO EM LUTA PELA ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES E REFORMAS!

ESTE BOLETIM TAMBÉM SUMARIA A REUNIÃO DE 11 DE ABRIL, LISBOA

**REUNIÃO DE  
11 DE ABRIL** Participaram 10 ativistas.

**Análise política - Sobre a situação política nacional**, debateu-se: **(1)** A sucessão de greves e as repercussões das mesmas no quotidiano das populações, nomeadamente a da CP, verificando-se que o governo adotou a postura de inflexibilidade nas negociações com os sindicatos, o que provoca o prolongamento das lutas. Foi sugerido que os sindicatos deveriam ir a cada momento esclarecendo a população sobre o ponto de situação do que desencadeia o conflito de forma a que esta não se vire contra os trabalhadores e sirva para a extrema-direita ir intoxicando a opinião pública; **(2)** Questionada a inflexibilidade do governo, entendeu-se que há nela, subtilmente, uma estratégia de enfraquecimento das organizações sindicais, objetivo que só favorecerá o discurso populista da extrema-direita; **(3)** Há um sentimento de enfraquecimento desta maioria absoluta que, face aos sucessivos escândalos, revela um cansaço e desgaste que poderão colocar o país perante a dissolução do parlamento; **(4)** Considerou-se que a proximidade da Convenção poderá dar ao Bloco de Esquerda fôlego e força que poderão traduzir-se num reforçar da aceitação das propostas à esquerda no país. A necessidade de continuação da luta social, de mais greves, que embora possam esvaziar o governo, e, em parte, serem instrumentalizadas pela direita, podem tornar a esquerda maior; **(5)** Debateu-se também o agudizar da intervenção policial em alguns bairros suburbanos de Lisboa, sendo denunciado pelos seus moradores que muitas vezes é utilizada força excessiva e desproporcional face aos motivos da mesma; **(6)** Problemas na habitação, a situação é desesperada para imensas famílias, sendo que já há algumas nos bairros municipais que já terão penhoras nos vencimentos por incapacidade de pagamento das respetivas rendas. **(7)** A “novela” da TAP e da reserva do avião para o regresso de Marcelo Rebelo de Sousa de Moçambique. **(8)** A exclusão de uma artista de participar no projeto “Abril fora de portas!” da Câmara Municipal da Amadora e do Festival de Banda Desenhada AmadoraBD e as possíveis motivações xenófobas.

**Sobre a situação política internacional**, debateu-se: **(1)** A luta contra o aumento da idade da reforma em França; **(2)** A tensão vivida em Tawain; **(3)** O aumento da extrema-direita na Áustria, sendo fundamental o movimento popular como afirmação à esquerda.



**INFORMAÇÕES** Foram dadas as seguintes informações sobre iniciativas do Bloco, sobre a atividade sindical e associativa, sobre debates e sessões públicas:

- Dia 31 de março, realizou-se uma sessão/conversa de um grupo de leitura inspirada na obra Misericórdia de Lídia Jorge, na Biblioteca de Alhos Vedros. A camarada Deolinda Martin foi convidada para participar e fez uma breve referência à forma como decorreu esta interessante iniciativa;
- Em final de março foi publicado o Relatório de 2021 da Carta Social, não se registando grandes alterações na fraca cobertura das estruturas de apoio aos e às idosos, nomeadamente continua a ser de cerca de 12% a cobertura de ERPI para maiores de 65 anos;
- Dia 1 de abril - Manifestação Casa para Viver, promovida pelo movimento Vida Justa, com uma grande participação em especial de jovens;
- Dia 12 de abril - há uma concentração promovida pela Inter-Reformados da CGTP, na Assembleia da República, de apoio ao debate da petição que entregaram "Repór o poder de compra das Pensões de Reforma";
- Dia 24 de abril, há o Arraial dos Cravos no Carmo, promovido pelo Abril é Agora e outras associações;
- Dia 25 de abril há o desfile na Avenida da Liberdade e no dia 1 de Maio há a Manifestação da CGTP. Em ambas as iniciativas o Bloco de Esquerda participa e apela à mobilização das e dos bloquistas.

**TEMA: "O "REGRESSO DOS REGIMES COMPLEMENTARES" E DA IDEIA DE PLAFONAMENTO** Foi apresentado um texto de apoio à discussão do ponto pela coordenação (\*no fim do #Boletim).

Analisou-se o que vai sendo dito e escrito sobre o trabalho da Comissão criada pelo governo para a "realização de um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial, em concreto no que respeita à vertente das pensões", ficando a desconfiança de que a Lei que estabelece a atualização das pensões possa ser mudada face aos anos que servirão de referência para cálculo da inflação. Há que registar que o tema dos "Regimes Complementares" de pensão, não é um tema novo e que existem atualmente os "Certificados de Capitalização" da Segurança Social, fundo de pensões público, vistos como instrumentos que poderão reforçar a pensão no futuro. O sistema de reformas e pensões assenta e deverá assentar num princípio de confiança, intergeracional e intrageracional, que deverá estar sempre presente em todas as propostas sobre a estabilização da Segurança Social.

**JÁ DEPOIS DA REUNIÃO...** - Tivemos conhecimento de que o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou o [Projeto de Lei Nº 696/XV/1ª](#) de 31 de março de 2023, sobre a atualização de pensões para ao ano de 2023, para debate na AR no dia da discussão da petição da Inter-Reformados/ CGTP-IN, baixou à comissão competente.

- No dia 02 de maio uma reunião online da coordenadora alargada do grupo+60 onde foi definida a ordem de trabalhos da reunião mensal.



**PRÓXIMA REUNIÃO:** A próxima reunião será no dia 9 de maio, realizar-se-á presencialmente e online na Sede Nacional - Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa. Será utilizado o link:  
**DIA 9 DE MAIO,**  
**ÀS 14H30**

<https://us02web.zoom.us/j/88527526734>

### **Proposta de Ordem de Trabalhos**

#### **1. Análise Política**

#### **2. Informações**

#### **3. Atualização das Pensões e Reformas e subsídios de férias e de Natal**

#### **4. Tema: Relatório de 2021 da Carta Social**

A Coordenação

Deolinda Martin

Berta Alves



## \* TEXTO DE APOIO AO PONTO 3. O REGRESSO DOS “REGIMES COMPLEMENTARES” E DA IDEIA DO “PLAFONAMENTO” NAS PENSÕES PÚBLICAS

1º-ARTIGO DE ELISABETE MIRANDA “E SE PEDIR FATURA AJUDAR A COMPORA SUA REFORMA? PERITOS ESTUDAM IMPACTO” (Expresso, 31.03.2023)

A notícia publicada no Expresso, no passado dia 31 de março, com o subtítulo “Peritos estudam panóplia de soluções para complementar pensões. Plafonamento em avaliação, mas não avançará como proposta. Grupo de trabalho sofreu uma baixa”<sup>1</sup> deve preocupar-nos?

Sim, se pensarmos nas medidas já tomadas pelo atual governo de maioria absoluta do PS no sentido da redução das pensões públicas - a suspensão da lei da atualização das pensões (lei 53-B/2006), a artimanha do pagamento antecipado de meia pensão em outubro de 2022 que leva à redução efetiva das pensões a que se teria direito em 2024 e anos seguintes, o “esquecimento” das e dos reformados e pensionistas, em 2022, nos apoios para fazer face à inflação e, em março 2023, no novo pacote de apoio às famílias, as declarações do secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, de que o governo pretende uma proposta da comissão de “revisão da fórmula de atualização das pensões” que seja “menos sensível a picos de inflação”<sup>2</sup>.

Sim, é preocupante que a comissão criada pelo governo em julho de 2022 (Desp. n.º 9126/2022 de 19.07), com o objetivo de realizar “um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial, em concreto no que respeita à vertente das pensões” e ao seu quadro legal, a entregar em julho de 2023, comece a dar sinais das propostas que pretende incluir e que estas extravasem o objetivo da comissão, o que levou à demissão de um dos seus elementos (Teresa Garcia)

Assim, segundo o referido artigo do Expresso, para além de propostas para reforçar o sistema previdencial, a comissão avançará com um conjunto de sugestões para incentivarem cidadãos, empresas e Estado a apostarem nos regimes complementares. E acrescenta que uma das ideias que o Expresso sabe, passa por transferir uma parte do IVA arrecadada pelo Estado para uma conta individual, ficando o valor a capitalizar até à altura da reforma num fundo de pensões ou no PPR do Estado<sup>3</sup>. Dependendo do seu impacto orçamental poderá ou não vir a fazer parte da lista final de propostas.

<sup>1</sup> Em <https://expresso.pt/economia/seguranca-social/2023-03-31-E-se-pedir-fatura-ajudar-a-compor-a-sua-reforma--Peritos-estudam-impacto-e8f476ce>

<sup>2</sup> Em <https://www.publico.pt/2023/03/15/economia/noticia/governo-defende-actualizacao-pensoes-menos-sensivel-picos-inflacao-2042593>

<sup>3</sup> Em <https://expresso.pt/economia/seguranca-social/2023-03-31-E-se-pedir-fatura-ajudar-a-compor-a-sua-reforma--Peritos-estudam-impacto-e8f476ce>



Outra ideia apontada é a do plafonamento das pensões.

Diz-se que não será apresentada como proposta pela comissão, mas esta negativa equivale a pôr a ideia em debate público, tal como a dos regimes complementares.

Um exército de economistas, advogados, comentadores e jornalistas neoliberais virão falar da insustentabilidade da segurança social com o envelhecimento da população e da inevitabilidade da redução das pensões e das vantagens da sua capitalização e até privatização...

## 2º- REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES

Os sistemas adotados pelos diversos países podem classificar-se em três modelos : os modelos de repartição (como o sistema português de proteção social), os modelos de capitalização (em fundos de pensões públicos ou privados)<sup>4</sup> e os modelos mistos.<sup>5</sup>

Quando falamos em modelos complementares de pensões estamos a referir-nos a um modelo misto.

O risco dos modelos de capitalização são conhecidos, até pelo insucesso dos exemplos de privatização das pensões. A pessoa que investe numa conta pessoal não tem controlo sobre os seus recursos, fica dependente do funcionamento e da evolução dos mercados de capitais e das escolhas das melhores aplicações financeiras. Lembremos as grandes perdas, em 2022, as maiores depois da crise de 2008, dos fundos de pensões globais que contabilizaram 9,6 biliões de euros e que atingiram também os fundos nacionais.<sup>6</sup>

Há individualização do risco, mas em última instância o risco acaba por recair sobre os recursos públicos que acabarão por tentar solver a eventual ineficácia dos mercados de capitais.<sup>7</sup>

Outros problemas associados a este modelo é o de aumentar a desigualdade social e os mecanismos de transição serem onerosos para o Estado.

Que propostas virão da Comissão para além do já conhecido?

Que modelo pretendem replicar no nosso país? O modelo sueco ?

<sup>4</sup> Ver no site da Segurança Social, RPC- Certificados de Reforma - <https://www.seg-social.pt/reforma> ; <https://www.seg-social.pt/certificados-de-reforma>

<sup>5</sup> F. Louçã, J L Albuquerque, V. Junqueiro, J R Almeida (coordenadores) (2016), *Segurança Social. Defender a Democracia*, Lisboa: Bertrand Editora.

<sup>6</sup> Fundos de pensões acumulam perdas de 17% em 2022 - ECO ([sapo.pt](https://www.sapo.pt)), 27/02/2023.

<sup>7</sup> F. Louçã, J L Albuquerque, V. Junqueiro, J R Almeida (coordenadores) (2016), *Segurança Social. Defender a Democracia*, Lisboa: Bertrand Editora.



IMPrensa

<https://expresso.pt/economia/2022-07-17-Mariana-Trigo-Pereira-Nao-podem-ser-so-as-pessoas-a-beira-da-reforma-a-tomar-decisoes-sobre-pensoes-8ea22a58>

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/taxar-lucros-para-ajudar-a-pagar-pensoes-e-um-cenario-em-estudo-15032443.html> (publicado em 20.07.2022)

<https://expresso.pt/economia/seguranca-social/2023-03-31-E-se-pedir-fatura-ajudar-a-compor-a-sua-reforma--Peritos-estudam-impacto-e8f476ce>

<https://multinews.sapo.pt/noticias/e-se-pedir-fatura-ajudar-a-aumentar-o-valor-da-sua-reforma-peritos-estudam-medida/> (publicado em 31.03.2023)

Berta Alves e Deolinda Martin